

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO **(Inciso I, artigo 16 e § 1º, artigo 17, da Lei Complementar nº 101/2000)**

OBJETO DA DESPESA: O presente Impacto Orçamentário-Financeiro encontra-se balizado na Constituição Federal, art. 169, § 1º e seus incisos, e nas disposições contidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101-LRF/2000, Lei Federal nº 11.788/2008, Lei Estadual nº 6.830/2006 e suas alterações, levando em consideração as metas e prioridades elencadas na LDO/2025, relativas à assunção de despesa de caráter continuado, para embasamento do Projeto de Lei que Institui o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes no Âmbito do Município.

IMPACTO NO EXERCÍCIO DE 2025: A proposta deste Projeto de Lei refere-se às concessões Bolsas Auxílio a aproximadamente 20 (vinte) famílias acolhedoras contempladas no Projeto de lei no seu art. 27, apresentando um custo mensal de R\$ 30.360,00 (trinta mil, trezentos e sessenta reais), e sua efetivação impacta os cofres municipais em R\$ 121.440,00 (cento e vinte e um mil, quatrocentos e quarenta reais) considerando o período de setembro a dezembro de 2025.

As despesas são enquadradas no grupo de natureza de outras despesas correntes, e serão custeadas em dotações próprias já consignadas no orçamento vigente, entretanto, apresentam necessidade de abertura de Crédito Suplementar para aporte do gasto. A cobertura do crédito se efetivará através de Decreto do Executivo com a informação da respectiva fonte de recursos orçamentários, conforme indicação do setor responsável da Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social.

EXERCÍCIOS DE 2026 E 2027: A despesa é de caráter contínuo, portanto estará consignada nos exercícios seguintes, dentro dos memoriais estabelecidos nos anexos integrantes das Leis que regerão os orçamentos anuais do município e não acarretará impacto em sua execução, respeitando-se o princípio da anualidade, obedecendo a previsão dos instrumentos de planejamento para os exercícios correspondentes.

METODOLOGIA DE CÁLCULO: A premissa utilizada para apropriação da despesa, levou em consideração os valores mencionados na projeção de custos elaborada pelo setor competente da Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social, em confronto à Receita Corrente projetada para o exercício de 2025, conforme demonstrativo abaixo:

RECEITA CORRENTE PROJETADA PARA O EXERCÍCIO DE 2025					2.309.821.455,39
DESCRIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	QT	EXERCÍCIO DE 2025 - setembro a dezembro		
			VALOR UNIT	VLR MENSAL	VLR ANUAL
Outros Auxílio Financeiro á Pessoas Física	3.3.90.48.00.00	20	1.518,00	30.360,00	121.440,00
% ESTIMADO DO IMPACTO DA DESPESA SOBRE A RECEITA CORRENTE PROJETADA- 2025					0,005%

Horário de atendimento ao público:

Endereço: Rua Rio Dourado, S/N Bairro Beira Rio I

Telefones: (94) 99973-0476 / (94) 98151-6034

E-mail: comunicacao@parauapebas.pa.gov.br



METAS DE RESULTADOS FISCAIS: Após apuração dos cálculos, atendendo aos arts. 16 e 17 da LRF – Lei 101/2000, verifica-se que mesmo com o aumento das despesas, não serão desrespeitados os dispositivos da Lei com o gasto no Poder Executivo, e ainda, não comprometerão as metas de resultados fiscais projetados para o exercício, visto não infringir em nenhum momento os limites legais, conforme memoriais estabelecidos nos anexos de Metas e Resultados Fiscais da LDO.

FONTE DE RECURSOS: Os recursos para atendimento das despesas serão de custeio próprio do Tesouro Municipal, oriundos das transferências correntes da União e do Estado para o Município, previstas na Lei Municipal Nº 5.552, de 8 de janeiro de 2025, resultantes de sua arrecadação corrente, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CONCLUSÃO

Este estudo tem caráter estimativo, observa as exigências da Legislação vigente e tem conformidade com os instrumentos de planejamento para o exercício de 2025. Desta forma, entendemos não haver impedimento para a execução do objeto deste Projeto de Lei com a efetivação do gasto proposto, por tratar-se de outras despesas correntes, de natureza indenizatória, não computando para o Gasto de Pessoal e, portanto, não impactando no cálculo dos limites previstos na CF/88 e na LRF.

Prefeitura do Município de Parauapebas, 27 de agosto de 2025.



GLAUTON DE SOUSA SILVA

Secretário Municipal de Fazenda

Dec. Nº 003/2025

Horário de atendimento ao público:

Endereço: Rua Rio Dourado, S/N Bairro Beira Rio I

Telefones: (94) 99973-0476 / (94) 98151-6034

E-mail: comunicacao@parauapebas.pa.gov.br

